

R E P E N S A N D O

REPENSANDO A GEOGRAFIA

R E P E N S A N D O

GEOGRAFIA, NATUREZA E SOCIEDADE

JOSÉ WILLIAM VESENTINI

EDITORA
CONTEXTO

Copyright José William Vesentini

Coleção Repensando a Geografia

Coordenador Ariovaldo U. de Oliveira

Projeto Gráfico e de Capa Sylvio de Ulhoa Cintra Filho

Ilustração de Capa Detalhe de *Porto de Paranaguá*,
Aquarela de William Michauld (1829-1902)

Revisão Maria Aparecida Monteiro Bessana
e Rosa M. Cury

Composição Veredas Editorial

Impressão e Acabamento
CENTRO DE ESTUDOS VIDA E CONSCIÊNCIA EDITORA LTDA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vesentini, José William, 1950-

Geografia, natureza e sociedade / José William Vesentini.
4. ed. - São Paulo : Contexto, 1997. - (Repensando a
Geografia).

Bibliografia.

ISBN 85-85134-57-7

1. Ecologia 2. Ecologia - Aspectos políticos 3. Ecologia
humana I. Título. II. Série.

89-1676

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Ecodesenvolvimento : Sociologia 304.2
2. Ecologia humana 304.2
3. Geografia humana 304.2
4. Homem e natureza : Ecologia 304.2
5. Natureza e homem : Ecologia 304.2
6. Política ambiental : Ecologia : Sociologia 304.2

1997

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.
EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.)
Editor Jaime Pinsky

Rua Acopiara, 199 - Alto da Lapa - CEP: 05083-110
Tel.: (011) 832-5838 - Fax: (011) 832-3561

S U M Á R I O

O Autor no Contexto	7
1. Geografia da Natureza <i>versus</i> Geografia da Sociedade	9
2. Sociedade Moderna e Natureza	16
3. Marxismo e Natureza	41
4. Patrimônio Cultural Ecológico	51
5. Geopolítica e Problemática Ecológica	60
6. Conclusões Provisórias: Natureza e Revolução	74
Sugestões de Leitura	82
O Leitor no Contexto	87

Este pequeno livro resultou do curso "Conservação dos Recursos Naturais" que lecionamos durante três anos na USP. O capítulo 4, sobre a questão do patrimônio cultural-ecológico, foi inicialmente apresentado numa mesa-redonda na Reunião Anual da SBPC, em 1988.

Gostaríamos de registrar nossos agradecimentos a todos os alunos que freqüentaram esse curso e, mesmo sem o saber, ajudaram na reelaboração de nossas idéias com suas dúvidas, questionamentos e contribuições.

O A U T O R N O C O N T E X T O

José William Vesentini nasceu em Presidente Bernardes (SP), passou a maior parte de sua infância em pequenas cidades do norte do Paraná (Porecatu e Jaguapitã), chegou em São Paulo em 1967, tendo freqüentado o curso de geografia da USP, local onde também realizou pós-graduação e defendeu sua tese de doutorado, em 1985. Atualmente é professor e pesquisador do Departamento de Geografia da USP, tendo como centro de suas atenções duas temáticas básicas: o ensino da geografia e, principalmente, questões de geografia política e geopolítica. Possui inúmeros trabalhos publicados, tanto sob a forma de livros como de ensaios e artigos em revistas como *Terra Livre*, *Revista do Departamento de Geografia*, *Teoria e Política*, *Orientação*, *Boletim Paulista de Geografia*, etc.

Neto de anarquistas italianos que vieram para o Brasil fugindo do fascismo, Vesentini desde cedo se habituou às preocupações e leituras políticas, especialmente aquelas derivadas das tradições socialistas e autogestionárias. Antes de optar pelo magistério a nível universitário, lecionou durante mais de 10 anos no 1º e no 2º Graus, tendo participado de importantes experiências educacionais durante a década de 1970: o curso supletivo no Sindicato dos Metalúrgicos de S. B. do Campo e Diadema (1974-76), e o Centro de Orientação Educacional, de 1973 a 1977, um colégio particular transformado em cooperativa dirigida por professores.

A seguir, Vesentini responde a duas perguntas que lhe formulamos:

1. *Por que você, um especialista em geografia política, teve a idéia de escrever este livro sobre a questão ambiental?*

R. Ele foi consequência natural de um curso que lecionei durante três anos na USP, a nível de graduação, versando sobre essa temática. Eu não tive propria-

mente a idéia de escrever um livro: ele surgiu progressivamente como um resultado provisório das minhas aulas e reflexões, que foram, acredito, se aprimorando nesse período de tempo. A problemática ambiental ou ecológica perpassa toda a geografia: desde seus primórdios, uma de suas mais importantes "razões de ser", a nível científico, é a de analisar as relações sociedade-natureza, embora na prática essa promessa epistemológica tenha sempre ficado em segundo plano face à especialização de cada modalidade do discurso geográfico: climatologia, geomorfologia, geografia agrária, geografia da população, etc. Não pretendi nenhuma busca nostálgica da "unidade perdida", hoje tão na moda em alguns círculos "marxistas" dogmáticos no interior da corporação dos geógrafos, mas demonstrar a dimensão civilizatória dessa problemática ao deixar de lado a leitura obtusa centrada nos modos de produção para, recuperar o espírito terricida da modernidade – da qual o próprio marxismo é parte integrante.

2. Como descreveria o estágio atual da consciência ecológica no Brasil?

R. A denominada "consciência ecológica", que teve seu verdadeiro despertar a nível internacional – especialmente no chamado Primeiro Mundo – na década de 1970, encontra-se entre nós ainda embrionária, apesar do enorme crescimento da temática ambiental na vida política instituída, fato que, pelo menos em parte, deve-se a pressões internacionais (relativas especialmente à Amazônia). Isso é explicável por inúmeros fatores que tentarei resumir a seguir. O(s) movimento(s) ecológico(s), apesar de sua grande amplitude temática e colossais diferenças internas, carregam uma forte carga pós-moderna: não mais o "progresso" (ou "desenvolvimento das forças produtivas", em outras palavras) e sim a busca da felicidade, da auto-realização, da autonomia; não mais o enaltecimento da "unidade" e do "coletivo" e sim a defesa veemente das diferenças e do direito de ser diferente; não mais a crença no "sentido progressista da História", que seria conduzida num plano transcendental pela realização do trabalho social, mas a valorização do subjetivo e da contingência, da criatividade na busca de renovações. Talvez essa "consciência pós-moderna", se é que possa ser assim nomeada, seja mais própria a sociedades diferentes da nossa (e do Terceiro Mundo de uma maneira geral, malgrado as suas diferenciadas situações nacionais e até regionais), a sociedades onde há um mínimo de qualidade de vida e de consumo praticamente para todos. Além disso, nossa tradição histórica e cultural possui fortes raízes, autoritárias. Isso se reflete até mesmo na esquerda, onde predomina diferentes formas de leninismo-stalinismo. A "consciência ecológica", aqui, quando não é claramente criada ou absorvida pelo sistema, acaba, via de regra – há raríssimas exceções – mesclando reivindicações libertárias e autonomistas com pressupostos e formas de ação leninistas. Mas a realidade da problemática, ecológica é tal que ela acaba por se impor, por ganhar progressivamente espaços seja na imprensa, na vida política ou até na escolar. Quanto aos seus limites, significados e perspectivas, isso é o que tentei esboçar neste sucinto livro.

GEOGRAFIA DA NATUREZA VERSUS GEOGRAFIA DA SOCIEDADE

Faz somente uns vinte anos que começamos a nos preocupar com a falta quase total de reflexão teórica na corporação dos geógrafos universitários. Enquanto esta disciplina deveria ter iniciado amplos debates epistemológicos, ao menos por sua posição na confluência das ciências naturais e das ciências humanas e pelo número de "empréstimos" que ela fez a essas múltiplas ciências, os geógrafos propalaram um desprezo pelas "considerações abstratas" e freqüentemente se gabaram de um "espírito terra a terra"(...) Daí resulta que a existência dessa geografia, mesmo sob a forma modesta e criticável de um saber institucionalizado com a pretensão científica, coloca em xeque esse corte fundamental entre natureza e cultura, corte este que determina, no ponto de partida, a organização do sistema das ciências. (Yves Lacoste).

Um dos mais velhos e irresolvidos problemas da ciência geográfica diz respeito à dicotomia entre geografia física e humana, entre o estudo geográfico da natureza e da sociedade.

Para os clássicos em geral, a geografia seria uma ciência de síntese, de união entre a natureza e o homem, de estudo das relações do social com o seu meio ambiente. A própria polêmica sobre essa questão, sempre retomada, indica-nos claramente que essa promessa epistemológica ficou na teoria, que a diferenciação entre essas duas modalidades da geografia sempre foi enorme, tendendo a se aprofundar cada vez mais nos dias atuais.

Richard Hartshorne (1969), um dos raros clássicos da ciência geográfica que tinha preocupações filosóficas, (e embasamento para tanto), ocupou-se longamente dessa problemática. Ele argumentou que existem várias dicotomias na geografia – física *versus* humana, sistemática *versus* regional, etc. – e que não cabe ao geógrafo distinguir entre fatos naturais e humanos porque nossa perspectiva seria outra. Numa ótica kantiana, seria realizar um estudo espacial ou coreológico (ligado à diferenciação de áreas, de lugares) e não sistemático ou mesmo histórico (temporal), que seriam outras duas perspectivas cognitivamente possíveis.

A coerência lógica e a erudição desse velho mestre são indiscutíveis, mas suas respostas nos parecem ultrapassadas, datadas, pró-

prias de um neokantismo que já vai ficando mais para a história do conhecimento do que para os seus dilemas e desafios atuais. A proposta de ignorar a diferenciação entre natureza e sociedade sugere algo como esconder a cabeça para evitar o perigo. A atual “crise ecológica” nos mostra que há um desequilíbrio nas relações entre sociedade moderna e natureza, e a inquirição da origem desse fato nos conduz a uma concepção de natureza enquanto *recurso*, o que ocorreu na “revolução tecno-científica” dos séculos XVI e XVII. (Acontecimento, é bom ressaltar, interligado ao desenvolvimento do capitalismo e à ocidentalização de praticamente todo o planeta.)

Essa concepção de natureza nova ou moderna (pois marca o advento da modernidade) – tão bem sintetizada pela frase de Descartes: “conhecer é nos tornarmos senhores e dominadores da natureza” –, trouxe consigo uma radical separação entre espírito (exclusivamente humano – o *cogito* cartesiano) e matéria ou objeto (a *res externa*, a coisa sem alma e consciência, cujas “leis” devem ser compreendidas como forma de instrumentalizá-la), entre o social e o natural. Toda a ciência moderna – inclusive a geografia, oficialmente nascida mais tarde, no século XIX – acabou reproduzindo essa dicotomia ocidental e capitalista entre o homem (ser produtor, criador, transformador) e a natureza (domínio a ser conquistado, explorado, submetido ao ritmo da produção – especialmente industrial, pois a fábrica viria a ser o protótipo das relações capitalistas). A diferenciação entre uma abordagem sistemática e outra regional, a nosso ver, não configura uma dicotomia (como a que há entre estudo da natureza e da sociedade), mas tão-só uma diferenciação metodológica que outras disciplinas “sem dicotomias estruturais” possuem (como a economia, a sociologia, etc.). E o problema crucial – que realmente ocasiona dicotomias – de estudar ou pretender estudar o social e o natural ao mesmo tempo, não é exclusivo da geografia (como muitos geógrafos pensam) e sim de todo ramo do conhecimento científico que se localize nessa interface. A antropologia, por exemplo, vive igualmente uma separação radical entre sua parte cultural e sua porção física.

O distanciamento entre o geógrafo físico ou ambientalista e o geógrafo humano ou estudioso do social (mesmo que se trate do *espaço social*, construído) sempre foi sensível e nos nossos dias tende cada vez mais a crescer. Há os especialistas em cartografia, geomorfologia, climatologia, geografia urbana, geografia política, geografia da população, teoria e história do pensamento geográfico, etc., e a pretensa unidade fica sendo apenas uma justificativa acadêmica ou meramente de rótulos. É certo que há análise ambiental, o estudo global do meio ambiente na perspectiva do impacto realizado pelo homem. É certo ainda que há expansões da análise economicista até a natureza, na questão da produção da segunda natureza pelo social.

A ESPECIALIZAÇÃO

No entanto, tudo isso fica ainda marcado pela especialização do estudioso, e sempre há uma dicotomia entre natural e social por mais que as informações (sobre indústrias, poluição atmosférica, desmatamento e erosão das encostas, sobre expansão econômica irracional, desmatamentos de nascentes e assoreamento de rios com enchentes, etc.) se entrecruzem ou se justaponham. Isso porque há uma *lógica* do natural que é diversa da do social. Neste há dialética, contradição e lutas, vencedores e vencidos, ideologia, projetos políticos e dominação, indeterminação com contingências. As tentativas de se elevar ao natural a razão dialética, tão fértil na análise do social, sempre fracassaram.

E o inverso também é verdadeiro: a natureza pode ser conhecida através de métodos – como as hipóteses, a testagem, a aplicabilidade, o princípio da não-contradição (isto é, a lógica formal), as variáveis a serem isoladas e medidas, a matematização, etc. – que no estudo do social moderno geraram apenas aqueles tipos de aberração conhecidos *latu senso* como positivismo. Razão analítica e razão dialética, para usar uma terminologia de Sartre (mas que pode ser encontrada de forma semelhante, com palavras diferentes, em outros importantes pensadores do social: Merleau-Ponty, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Castoriadis, etc.), parecem ser realmente diferentes e próprias para a compreensão de aspectos diversos do real. A clivagem que a modernidade implantou no real foi de fato eficaz, operacional e não meramente ideológica no sentido vulgar do termo.

Existem tentativas de superar essa oposição. Elas inclusive se multiplicam, atualmente, em todos os campos do saber. É a economia alternativa, que tenta pensar a natureza não como recurso ou como “externalidades” e sim como limites e condição para a vida (cf., entre outros, Schumacher, 1982). É a física subatômica e mesmo a astronômica – a “nova física”, nos dizeres de Capra (s/d, p. 70-92, e também *in* 1983) –, que procura ver o real de forma não determinista, com o princípio da indeterminação, com a interpenetração sujeito-objeto, com a provável característica holística do real (o todo é mais importante que as partes, que em si nada significam), etc. E a agricultura alternativa ou ecológica, que procura combater as pragas com inimigos naturais, que evita adubos químicos e agrotóxicos, que condena as monoculturas, etc. E a medicina alternativa que evita os remédios químicos

cos e propõe uma nova visão de saúde. Isso tudo sem falar na psicologia alternativa, na pedagogia, na tecnologia branda ou "ecológica".

UM NOVO "PARADIGMA"

Alguns pensam que disso resultaria um "novo paradigma", diferente daquele cartesiano-newtoniano típico da "ciência moderna" (cf. Capra, s/d, entre outros), onde não haveria mais uma nítida oposição homem-natureza. Talvez. Não custa envidar esforços nessa direção, pois estamos sem rumos definidos, com forte indeterminação e perplexidade. Mas é forçoso reconhecer que as tentativas de sistematizar esse "conhecimento holístico" (cf. Capra, s/d, e, de forma menos ambiciosa, referindo-se em particular à geografia, Monteiro, 1984) redundaram pura e simplesmente em especulações semi-religiosas (na linha do taoísmo, uma mistura de filosofia com religião).

Tais especulações pretendem ver uma "verdade trans-histórica e transempírica" nos ensinamentos do pensamento chinês (*Yin e Yang*, visão cíclica da história e da natureza, caminhos ou alternativas quase que já traçados, independentes dos projetos e lutas sociais, etc.), que acaba servindo como elemento unificador (de forma arbitrária e espúria, diga-se de passagem, pois a crítica da tecnologia "dura", a esperança na energia solar, os métodos ecológicos na agricultura, etc., nasceram e se desenvolvem de forma independente do taoísmo, do budismo, do hinduísmo ou do zen), como um pretensso cimento que daria coesão a essas interessantes práticas (ou teorias) ditas alternativas.

Esta visão chega a lembrar até a dialética da natureza na sua versão stalinista (com a necessária ressalva de que não há um Stalin e um poder estatal para oficializar esse saber). Para comprovar isso, atente-se para a euforia com que muitos velhos e renitentes marxistas-leninistas recebem essa idéia do pensamento chinês (que, segundo eles, "é semelhante à dialética") como "essência" do movimento da realidade (social e natural).

Pensamos que uma compreensão mais eficaz das razões da dicotomia na geografia deve retomar sua institucionalização no século XIX, intimamente ligada à legitimação dos Estados-nações e à expansão do sistema escolar. A geografia moderna nasceu na Alemanha, em meados do século passado, a partir de interesses específicos de conhecimento de territórios (no próprio país e no exterior, na África especialmente, palco da colonização naquele momento) e de inculcação,

via sistema escolar, de uma ideologia patriótica e nacionalista. Seu paradigma tradicional, “A Terra e o Homem”, decorreu provavelmente da visão da Pátria – do Estado-nação recém-construído e ainda praticando o etnocídio (homogeneização cultural) para unificar o povo e legitimar o poder estatal. Tal visão era necessária para fins de inculcação: o “país” se define em especial pelo território, pelo contorno que figura nos mapas, local onde se corporifica um “espírito nacional” e no qual o homem irá ocupar e se organizar economicamente. Foi esse paradigma, decorrente de uma necessidade ideológica, que criou a idéia de unidade, de “ciência de síntese”, de “ponte” entre o natural e o social.

Temos de admitir que a preocupação com a unidade, as queixas (e tentativas de resolução) da dicotomia física-humana, só têm sentido com vistas à legitimação da geografia no sistema escolar. Somente nesse nível se torna imprescindível unir ou justapor geografia física e humana.

UNIFICAÇÃO

No nível acadêmico (universidades) e de pesquisas, é evidente que não há necessidade de uma disciplina geográfica unificada: os estudos integrados que levam em conta as ações humanas e os processos fisiográficos podem ser feitos por equipes de especialistas, até formadas por profissionais não da geografia. Não há assim aquela preocupação escolar com a “unidade”, com a perfeita integração (ou ausência de dicotomia) entre o social e o natural. A antropologia possui igualmente essa dicotomia entre estudo do cultural (as sociedades em seus mitos, rituais, costumes, instituições, etc.) e do natural (o homem como organismo, evolução, etc.). Mas, por não ser uma disciplina que necessite se justificar e legalizar ao nível de ensino médio e elementar, não possui nem um décimo das polêmicas e esforços despendidos pelos geógrafos para “explicar” ou até “resolver” essa problemática.

Neste momento em que vivemos ainda uma crise da geografia (cf. Vesentini, 1986b), vários autores tentam encontrar saídas – ou, às vezes, tentam somente discutir temas atraentes para o professorado de geografia e assim vendem livros – para este momento de redefinições em nossa disciplina apelando para o exorcismo da antiga dicotomia. Inúmeras “soluções” já foram propostas em obras ou ensaios de natureza metodológica (mas, nenhum trabalho concreto, que tenha unido o social com o natural, emergiu daí). Já se escreveu que essa dicotomia

deve-se a uma não-leitura (e não aplicação) de Marx, onde a questão já estava resolvida no próprio século XIX (cf. entre outros, Quaini, 1979). Já se estabeleceu que essa é uma questão ontológica-epistemológica, e que pode ser solucionada pelo uso do método operacional desenvolvido por Marx e sistematizado por Piaget (cf. Harvey, 1980, pp. 247-271). E já se aventou também que pela via da teoria do *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo, onde se inclui a própria produção da natureza (e do espaço), tal questão ganhará um novo sentido e será equacionada (cf. Smith, 1988).

Apesar da importância tópica (em estudos específicos como urbanização ou crise da geografia, por exemplo, mas não na problemática mesmo da dicotomia entre geografia física e humana) de alguns desses estudiosos citados, acreditamos que existe um embate contra moinhos de ventos, e que uma preocupação *apriorística* (e ideológica) em se equacionar *teoricamente* a oposição homem-natureza leva a uma espécie de busca da pedra filosofal, da fórmula que permitirá transmutar metais comuns em ouro, ou melhor, natureza em sociedade e vice-versa.

A influência do marxismo aqui é decisiva. É a partir das preocupações de Marx com as relações capitalistas de produção (engendradoras do desequilíbrio homem-natureza) e o final desse modo de produção (instante em que a ciência de novo unificará harmonicamente esses dois elementos) – as quais preocupações talvez fizessem sentido em sua época e na sua crença numa mudança iminente do capitalismo em socialismo –, que deixam de serem vistas como idéias (e partes de um projeto político) para se tornarem em *fatos, realidades indiscutíveis*. É a partir daí que surge essa vertente geográfica mencionada.

Só que da práxis enaltecida por Marx não há nada: apenas crença na ciência como indicadora de caminhos. Justamente aí reside o grande quiproquó: a questão da diversidade entre sociedade e natureza não é apenas metodológica ou teórica mas fundamentalmente prática e histórica. Não se trata somente de como ver ou conceber a natureza mas do que a modernidade *efetivamente realizou com ela*. Fazer dessa dicotomia um problema nos conduz a enfrentar os dilemas da civilização ocidental, do desenvolvimento que ela criou. Portanto, não é apenas – nem principalmente – uma questão da geografia, mas da humanidade como um todo. É uma questão que envolve o futuro do social, que diz respeito aos grandes problemas que expressam a chamada crise ecológica: o armamentismo, a poluição, o conservacionismo e a preservação, a Terra como um planeta único e os riscos de certas ações humanas para a biosfera...

A dicotomia entre geografia da natureza e da sociedade, dessa forma, é um subproduto dessa oposição homem-natureza que a modernidade engendrou ao se constituir e reproduzir. A problemática precede a geografia e, provavelmente, será equacionada (para melhor ou para pior) no mundo prático da política, das contradições e lutas interhumanas por diferentes opções quanto ao futuro. É por isso que este sucinto livro encontra-se estruturado da seguinte forma:

- uma breve análise da concepção instrumental da natureza com a modernidade;
- à(s) interpretação(ões) marxista(s) sobre a questão ambiental;
- a problemática do patrimônio cultural e ecológico;
- a dimensão geopolítica da atual crise ambiental;
- considerações sobre a necessidade de se repensar as relações sociedade-natureza no âmbito do projeto político da revolução social, à guisa de conclusão (provisória).

SOCIEDADE MODERNA E NATUREZA

Por que nos ocupamos, então, da ecologia? Porque a violação da Terra é um aspecto essencial da contra-revolução. A guerra, genocídio contra o povo, é também "terrídica" na medida em que ataca as fontes e os recursos da própria vida(...) Modificar a natureza do homem e o seu meio natural para o "civilizar" – quer dizer, fazer dele o sujeito-objeto da sociedade de troca – foi uma das funções essenciais da civilização: subjugar o princípio de realidade, transformar o homem em instrumento de trabalho cada vez mais alienado. Esta transformação brutal, penosa, foi lentamente invadindo a natureza exterior(...) No entanto, o mundo natural é um mundo histórico, um mundo social. Mesmo como negação da sociedade agressiva e violenta, a natureza pacificada é obra do homem (e da mulher), obra da sua produtividade. Ora, a produtividade capitalista é expansionista por sua própria estrutura: vai reduzindo progressivamente o espaço natural que fica fora do mundo do trabalho e dos tempos livres organizados e manipulados(...) Neste contexto muito político, o movimento ecológico ataca o living space do capitalismo, a extensão do domínio do lucro, do desperdício produtivo. Todavia, a luta contra a poluição é de fácil recuperação. Hoje em dia não há publicidade que não exorte a "salvar o meio ambiente"(...) E evidentemente uma recuperação, mas é também um elemento de progresso, pois com ela há um certo número de necessidades e aspirações que começam a manifestar-se no próprio seio do capitalismo e principiam a mudar o comportamento dos homens(...) (Herbert Marcuse).

Serge Moscovitti (1968, p. 6) fez uma afirmação que nos parece essencial para entendermos a contemporaneidade: o século XVIII colocou a questão política (da liberdade e da República), o século XIX a social (socialismo, movimento operário) e o século XX a problemática ambiental-ecológica.

Devemos entender essa afirmativa com reservas. Não como a substituição de um problema por outro, mas como superposição de questões entrelaçadas, uma delas ganhando ênfase num momento da história: o século XVIII não resolveu o problema da liberdade, o século XIX não equacionou a questão social – econômica. Mas as problemáticas se refazem, permanecem dentro de uma nova (mesmo adquirindo novo sentido), e, por esse motivo, a questão ecológica hoje subsume igualmente o problema da liberdade e os reclamos por justiça social.

A NATUREZA COMO QUESTÃO

De fato, não é possível em nossos dias qualquer projeto de reestruturação societária radical que não leve em conta as relações entre sociedade e natureza. Qualquer utopia ou projeto revolucionário ao estilo de Rousseau ou Marx, entre outros, deve incorporar a natureza como *questão* (e não como ideal romântico, como em Rousseau, ou como recurso instrumental, como em Marx), como dilema a ser pensado em conjunto com o futuro do social, como fator que coloca objetivamente *limites* ao ideal de progresso e à própria noção de consumo e necessidades. Uma série de indicadores, em grande parte ausentes até há poucas décadas (e podendo assim ser ignorados pelos grandes teóricos do social), mostram-nos esse fato com clareza:

a) O planeta foi completamente unificado e ficou “pequeno” pela primeira vez na história da humanidade, mostrando-se como sistema fechado (e não mais aberto ou “infinito”) e com limites bem tangíveis. A própria fotografia da Terra vista do espaço possui um significado simbólico enorme, de clara percepção: ocupamos uma mesma “have espacial” onde existem condições para a vida e recursos que, no entanto, podem vir a ser rompidos. Somando-se a isso os elementos complementares de encadeamento da vida e do ambiente (ecossistemas, biosfera), e da interdependência – acima dos limites das soberanias nacionais – de fatores planetários como a circulação atmosférica, os oceanos, etc. (cf. Dubos e Ward, 1973), percebemos como a natureza hoje exige novos conceitos e formas de abordagem e como o futuro da humanidade liga-se à preservação da biosfera.

b) O sistema produtivo e militar da humanidade pode em nossos dias – e isso também pela primeira vez na história – destruir ou exterminar toda a vida humana sobre o planeta. A lógica do desenvolvimento econômico que é adotada há alguns séculos – desde, pelo menos, a Revolução Industrial do final do século XVIII e do século XIX – está centrada numa concepção ultrapassada de natureza enquanto recurso infinito e inesgotável. Há nela uma ênfase na grande escala (e-normes unidades produtivas, usinas hidrelétricas, metrópoles, etc.; cf. Schumacher, 1982) e na militarização crescente. Aliás, como mostramos com mais detalhes (Vesentini, 1987), evolução tecnológica e produção bélica são elementos indissociáveis desde a década de 1930.

A multiplicação das centrais nucleares amplia os riscos de acidentes e contaminações radioativas do ambiente, sendo um processo